

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Hiran Barbosa de Castro

ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR MUNICIPAL:
os exemplos dos atlas de Itaboraí e São Gonçalo na promoção de
pensamento espacial, raciocínio geográfico e identidade territorial

Rio de Janeiro

2022



Hiran Barbosa de Castro

ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR MUNICIPAL:
os exemplos dos atlas de Itaboraí e São Gonçalo na promoção de pensamento
espacial, raciocínio geográfico e identidade territorial

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira Nery Corrêa

Rio de Janeiro

2022

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

C355 Castro, Hiran Barbosa de

Atlas geográfico escolar municipal: os exemplos dos atlas de Itaboraí e São Gonçalo na promoção de pensamento espacial, raciocínio geográfico e identidade territorial / Hiran Barbosa de Castro. - Rio de Janeiro, 2022.

29 f.

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Márcio Ferreira Nery Corrêa.

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Atlas. 3. Geografia - Espacialidade. 4. Território - Geografia. I. Corrêa, Márcio Ferreira Nery. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Hiran Barbosa de Castro

ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR MUNICIPAL:
os exemplos dos atlas de Itaboraí e São Gonçalo na promoção de pensamento
espacial, raciocínio geográfico e identidade territorial

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Ferreira Nery Corrêa (Orientador)

Colégio Pedro II

Prof. Dr. Gláucio José Marafon

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Me. Lucia Maria Naegeli

Colégio Pedro II

Rio de Janeiro

2022

ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR MUNICIPAL:
os exemplos dos atlas de Itaboraí e São Gonçalo na promoção de pensamento espacial,
raciocínio geográfico e identidade territorial

Hiran Barbosa de Castro

Resumo: O presente artigo objetiva fazer, em um primeiro momento, uma breve discussão teórica acerca do pensamento espacial e do raciocínio geográfico, analisando, de forma transversal, os atlas geográficos escolares municipal do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF) e do grupo Dinâmicas Ambientais e Geoprocessamento (DAGEOP), correspondendo respectivamente aos atlas geográficos escolares dos municípios de Itaboraí e São Gonçalo. Em um segundo momento, procurou-se abordar sucintamente a identidade territorial através dos referidos atlas geográficos escolares. Desse modo, no tocante à temática abordada, estabeleceu diferenças entre os atlas a partir de uma análise comparativa, identificando que um tende mais a reforçar a identidade territorial, e o outro privilegia mais o pensamento espacial e o raciocínio geográfico.

Palavras-chave: atlas geográfico escolar; pensamento espacial; raciocínio geográfico; identidade territorial; ensino de geografia.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo realizar, en un primer momento, una breve discusión teórica sobre el pensamiento espacial y el razonamiento geográfico, analizando, de forma transversal, el atlas geográfico escolar municipal del Núcleo de Estudios de Geografía Fluminense (NEGEF) y el Grupo Dinámicas Ambientales y Geoprosesamiento (DAGEOP), correspondientes respectivamente al atlas escolar geográfico de los municipios de Itaboraí y São Gonçalo. En un segundo momento, pretendemos aproximarnos brevemente a la identidad territorial a través del referido atlas geográfico escolar. Así, con respecto a la temática abordada, estableció diferencias entre los atlas a partir de un análisis comparativo, identificando que uno tiende a reforzar la identidad territorial, y el otro favorece el pensamiento espacial y el razonamiento geográfico.

Palabras-clave: atlas geográfico escolar; pensamiento espacial; razonamiento geográfico; identidad territorial; enseñanza de la geografía.

1 INTRODUÇÃO

Mais do que nunca, compreender o mundo globalizado exige uma enorme capacidade para processar informações oriundas das constantes transformações da sociedade capitalista. Desse modo, o arcabouço teórico-metodológico da geografia oferece instrumental para compreender a dinâmica da realidade em seus diferentes aspectos, permitindo que o aluno desempenhe um papel ativo acerca dos fenômenos decorrentes das ações humanas e da natureza.

Neste contexto, o pensamento espacial em consonância com o raciocínio geográfico exerce um papel importante, especialmente quando aplicado à cartografia. Olhar o mundo, ou o espaço local pelo prisma da geografia, consiste em identificar e solucionar eventuais questões a partir da espacialidade, transformando, desse modo, o aluno em um sujeito ativo no processo de mudança da realidade.

Apesar da potencialidade do mapa, muitas vezes este recurso didático é mal-empregado, pois são utilizados recorrentemente como imagens ilustrativas, deixando de desenvolver o pensamento geográfico e o raciocínio geográfico. O debate acerca destas temáticas tem sido amplo nos últimos anos no campo do ensino de geografia. Desse modo, os atlas geográficos escolares, como reunião de diversos mapas e imagens (seja ela de satélite ou não), pode ser um recurso didático profícuo no desenvolvimento do pensamento espacial e do raciocínio geográfico

Além disso, o atlas geográfico escolar em escala local propicia um novo olhar sobre seu lugar. Assim, de forma concomitante e paralela, é realizada uma breve exposição sobre o papel do atlas geográfico na relação de pertencimento e percepção do seu espaço, o que perpassa invariavelmente sobre a identidade local.

Desse modo, considerando o atlas geográfico escolar municipal como ferramenta transversal a estas duas temáticas (pensamento espacial/raciocínio geográfico e identidade territorial), este trabalho objetiva fazer uma breve discussão teórica, tomando como objeto de análise o conteúdo dos atlas geográficos escolares do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF) e do grupo Dinâmicas Ambientais e Geoprocessamento (DAGEOP), ambos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A escolha dos atlas se efetiva pela localização dos municípios, que estão inseridos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, além de serem frutos de grupos de pesquisa da mesma universidade (UERJ).

Assim, a questão que norteia o trabalho propõe avaliar a relevância desses materiais didáticos, que são próprios da disciplina de geografia. Subsequente a isso, que compreende o cerne deste objeto de estudo, destacam-se: i) O debate acerca do *pensamento espacial e raciocínio geográfico*; ii) O fortalecimento da identidade territorial por meio do atlas geográfico municipal.

No primeiro momento é feita uma breve exposição teórica referente ao *pensamento espacial e raciocínio geográfico*. Na mesma sequência procura-se apontar a importância dos conceitos/termos espaciais na formação do *raciocínio geográfico* referente à espacialidade. Procura-se explorar algumas possibilidades, a fim de destacar que as representações cartográficas não podem ser concebidas meramente como algo ilustrativo no atlas. No segundo momento procurou-se destacar a contribuição dos atlas na construção da identidade territorial discente.

2 PENSAMENTO ESPACIAL E RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO: CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS ESPACIAIS E GEOGRÁFICOS

A representação da superfície terrestre está presente no nosso cotidiano, seja para solicitar um transporte por aplicativo ou mesmo para saber a previsão do tempo no noticiário. Além de ser importante para a própria localização e orientação espacial, a cartografia permite compreender o espaço em todas as dimensões, seja ela política, econômica, natural e em tantos outros que envolvem as práticas espaciais. Embora seja amplamente difundida nos dias de hoje, a cartografia consta desde a Pré-história, sendo importante para demarcar os territórios de caça e pesca (FRANCISCHETT, 2001, p.33). Assim, a cartografia cumpre um papel importante na comunicação no nosso cotidiano.

Trata-se de um sistema-código de comunicação, importante para o ensino de geografia, pois possibilita articular conceitos, conteúdos, fatos e propicia uma compreensão clara pelos alunos (CARDONA, 2002). No entanto, muitos autores sinalizam o pouco emprego do mapa, ou mesmo o abandono do uso cartográfico. Acerca disso, Duarte (2017, p. 189-190) menciona: a pouca utilização dos mapas¹ como recurso didático pelos professores; o abandono do atlas geográfico escolar, especialmente nos anos que sucedem o 6º ano do ensino fundamental; o pouco domínio do uso e interpretação das representações cartográficas por muitos alunos ao final do ensino médio; a utilização frequente do mapa como ilustração, e não como recurso de aprendizagem na grande parte dos manuais didáticos de geografia do ensino básico, dentre outros apontamentos. Por sua vez, Cavalcanti também diz:

O mapa como ilustração e como instrumento de memorização. Nas descrições de observação de pesquisas, chama a atenção a ausência de mapas nas aulas de Geografia. O mapa – denominação aqui generalizada, referindo-se a qualquer tipo de representação cartográfica: plantas, mapas, globo – não parece ser um recurso privilegiado para as explicações do professor, reduzindo-se na maioria das vezes nas referências que aparecem nos livros didáticos, quando aí eles são tomados como ilustração dos conteúdos, e como fonte de alguma informação de localização de fatos e/ou fenômenos estudados. (CAVALCANTI, 2013, p.374).

Ou seja, ainda que se empregue os mapas nas aulas, não significa que esteja trabalhando o caráter geográfico pelo mapa ou a espacialidade dos fenômenos. Neste sentido, a partir de levantamento² feito acerca da apropriação do uso do mapa pelos docentes, Ascensão; Valadão, Silva (2018) verificaram que “o trabalho com os conhecimentos cartográficos na formação inicial do professor não tem contribuído para o Pensamento Espacial e, ainda menos, para a construção de um Raciocínio Geográfico junto aos futuros docentes.” (idem, 2018, p. 49).

A espacialidade dos fenômenos é “uma poderosa ferramenta metodológica para o ensino de geografia” (STRAFORINI, 2018, p.184), de modo que não está estancado do pensamento espacial e do raciocínio geográfico, pelo contrário.

O pensamento espacial abrange distintas áreas do conhecimento que dialogam entre si, como a matemática, psicologia cognitiva, arquitetura, geografia etc. Trata-se de uma atividade cognitiva que “pode ser sistematizado pelas mais diversas disciplinas escolares” (JULIASZ, 2017, p.17).

¹ Duarte (2017, p.193) também aponta que este “desleixo” com o mapa não é endêmico ao Brasil, atingindo, inclusive, países com níveis educacionais mais elevado.

² Este levantamento dos autores foi realizado por alunos de licenciatura em Geografia da UFMG, por meio da disciplina de Estágios Supervisionados. De 110 docentes observados, apenas 45 recorreram a representação cartográfica em sala de aula.

O debate acerca dos termos pensamento espacial e raciocínio geográfico (bem como o pensamento geográfico) tem sido amplamente explorado pelos acadêmicos da geografia nos últimos anos. A própria BNCC incorporou em seu documento os termos pensamento espacial e raciocínio geográfico na sua última mudança, trazendo os princípios do raciocínio geográfico: *analogia; conexão; diferenciação; distribuição; extensão; localização*.

Apesar de incorrerem como sinônimos, é possível verificar as nuances conceituais entre essas terminologias, ainda que o debate esteja aflorando acerca das diferentes acepções que possam ter.

O pensamento espacial está relacionado às funções cognitivas referente à inteligência espacial, enquanto o pensamento geográfico está assentado nos preceitos da ciência geográfica (DE MIGUEL, 2016 apud STRAFORINI, p.180, 2018). Assim, De Miguel (2016, p. 15 apud STRAFORINI 2018, p. 184), enfatiza a distinção entre os termos: “o pensamento espacial guarda uma maior correlação com o conceito de inteligência espacial, logo, com as psicologias cognitivas que se desenvolve em atitudes espaciais (ou capacidades/habilidades espaciais)”.

Miguel González acrescenta (2016, p.12 apud RICHTER, 2017, p.294):

Otros autores (Uhlenwinkel, 2013) señalan no obstante que la diferencia entre ambos conceptos es de tradición escolar: el pensamiento espacial constituye un eje central del currículo estadounidense mientras que el pensamiento geográfico constituye un concepto central del debate en la educación geográfica británica. Por otra parte el pensamiento geográfico se fundamenta no tanto en relaciones topológicas sino en los atributos propios del análisis del espacio –luego detallados- desde el enfoque de la Geografía como disciplina científica, que permiten aprender un conocimiento sistematizado, esto es, el conocimiento geográfico.

Isto é, além da própria tradição epistemológica que envolve os termos (visto que o pensamento espacial é objeto de estudo há décadas nos Estados Unidos), o pensamento geográfico, como o próprio nome sugere, está estritamente relacionado à ciência geográfica.

Cavalcanti (2019, p.90-91) também define o termo pensamento espacial como “mais amplo”, mas considera como “um subconjunto dessa capacidade central que é o pensamento geográfico”.

Pode-se dizer, sim, que o pensamento espacial é mais amplo, uma vez que ele está disseminado ou faz parte das capacidades a serem desenvolvidas por vários tipos de profissionais ou áreas científicas, e que é uma habilidade genérica dos seres, por exemplo. Mas, meu ponto de vista é o de que, para a Geografia, para o ensino de geografia, o pensamento espacial, euclidiano e não euclidiano, compõe a especificidade da geografia, portanto é um subconjunto dessa capacidade central que é o pensamento geográfico. Acrescente-se, com isso, que não se trata de estabelecer prioridades e hierarquias entre os tipos de pensamento, nem mesmo de delimitar fronteiras entre disciplinas. O importante é perceber o foco central de nossas atividades como geógrafos, nas investigações, nas atividades técnicas e no ensino. (CAVALCANTI, 2019, 90-91)

Considerando esta amplitude do pensamento espacial, é por meio do espaço euclidiano que coaduna ao espaço geográfico, pois “muitos fenômenos que conformam o espaço geográfico são absolutamente incompreensíveis, sem levarmos em conta as propriedades geométricas do espaço” (DUARTE, 2017, p.202).

Nesta seara, tem-se o relatório emitido pelo Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos (National Research Council – NRC) como um dos principais documentos citados por autores desta temática, como Duarte (2016;2017), Straforini (2018), Ascensão; Valadão, Silva (2018), Castellar; De Paula (2020). Na introdução de seu relatório (Learning to think spatially:

GIS as a support system in the K-12 Curriculum) diz que: “Pensamento espacial – um tipo de pensamento – baseado na amálgama de três elementos: conceitos espaciais, instrumentos de representação e processos de raciocínio” (NRC, 2006, ix apud DUARTE, 2017, p. 201 – tradução do autor).

Ou seja, o pensamento espacial ocorre por meio dos conceitos espaciais, como localização, magnitude, limite, forma, distribuição, conexão, densidade, hierarquia etc., sendo estes os “blocos estruturais do pensamento espacial” (DUARTE, 2017, p. 202).

A representação espacial³ é outro elemento importante, que compreende os produtos cartográficos, imagens de satélite, blocos-diagramas, gráficos, cartas topográficas, croquis, fotografias aéreas etc.

Em sua tese de doutorado Duarte (2016) expõe detalhadamente o terceiro elemento que compõe o pensamento espacial: o processo de raciocínio. Recorrendo a taxonomia de Jo e Bednarz (2009, apud DUARTE, 2016, p.183-184), o processo de raciocínio é decomposto em três partes: i) Nível de entrada; ii) Nível de processamento; e iii) Nível de saída.

C1) Nível de entrada – processos como reconhecer, definir, identificar, recordar e listar, requeridos para reunir informações obtidas a partir dos sentidos ou recuperar informações de memórias.

C2) Nível de processamento – os alunos analisam, classificam, explicam ou comparam informações adquiridas no nível de entrada.

C3) Nível de saída – refere-se à geração de novos conhecimentos ou produtos a partir das informações obtidas nos outros dois níveis, através de processos de avaliação, generalização e criação. Esses processos precisam de raciocínio e são considerados como os de nível (sic) mais elevados e mais complexos. (DUARTE, 2016, p.183)

Isto é, os processos de raciocínios são formados por diferentes níveis que envolvem ações específicas, exigindo, por conseguinte, o desempenho do nosso sistema cognitivo.

Castellar; De Paula (2020, p.309) destacam as categorias e princípios geográficos, entendendo-os como uma série de vocábulos que se utiliza “para analisarmos os eventos, fenômenos e processos, uma rede conceitual para abarcar situações analisáveis.”, constituindo elementos importantes na construção do raciocínio geográfico, em consonância com os elementos que compõe o pensamento espacial.

Os conceitos espaciais⁴, como Duarte (2017) coloca, assim como os princípios e conceitos geográficos como Castellar; De Paula (2020) expõe, são essenciais para nós, enquanto docentes e geógrafos, porque é a partir da operacionalização destes conceitos que é possível identificar, analisar e dimensionar a espacialidade dos fenômenos.

De forma correlata ao tema, Corrêa (2019)⁵ destaca a localização, a escala e os arranjos espaciais como “temas”⁶ que constituem a espacialidade. Além dos conceitos espaciais (os

³ Há dois tipos de representação espacial: a interna e externa. A primeira decorre da nossa mente, a medida que se cria a noção de espaço (geométrico ou não) projetando-o em nossa mente (NRC, 2006 apud Duarte, 2017, 202-203). A forma externa resulta da técnica humana, expressa por maquetes, mapas, imagens de satélites etc.

⁴ Estes *conceitos espaciais* ao qual Duarte se refere, são praticamente os mesmos termos empregados nos princípios do raciocínio geográfico da BNCC (*analogia; conexão; diferenciação; distribuição; extensão; localização*)

⁵ A partir de Milton Santos, Corrêa (2019, p.291) define localização por meio dos fixos e fluxos, sendo os fixos “localizações ‘encravadas’ na terra urbana ou rural”, já os fluxos, por sua vez, como “movimento existente entre localizações”.

⁶ Corrêa (2019), por sua vez, não limita a espacialidade a esses três temas, unicamente.

“blocos estruturais do pensamento espacial”) citados por Duarte (2017), Corrêa (2019, p.292) acrescenta outros termos que são relevantes à análise da espacialidade a partir dos fluxos:

Como estudar os fluxos? Sugerimos um conjunto de itens, sem intenção de esgotar as possibilidades. **Direção, intensidade, frequência e itinerário são aqui sugeridos.** Na sugestão, o espaço se faz presente por meio da direção, da intensidade e do itinerário, enquanto o tempo por meio da frequência. (CORRÊA, 2019, p. 292, grifo nosso)

Ou seja, estes termos⁷, conceitos e/ou princípios, são importantes no cotidiano da nossa prática docente. Tomando a própria localização como exemplo, é possível, a partir dela ressaltar o movimento pendular dos residentes de um dado município em relação à capital de um estado, onde normalmente encontram-se concentradas as maiores ofertas de emprego e serviços.

A localização, conforme Paulo César da Costa Gomes (2017, p.145) aponta, se torna essencial para desenvolver este raciocínio inerente a nós geógrafos e professores.

A partir da análise espacial este raciocínio permeia diversas áreas do conhecimento. Um caso clássico no âmbito da epidemiologia foi realizado pelo médico inglês John Snow (HINO, et al. 2006), que instigado pela epidemia de cólera em Londres, em 1854, estabeleceu uma relação por meio da análise espacial e, por conseguinte, da cartografia. Por que, no mesmo bairro, a ocorrência dos casos de cólera era bem delimitada espacialmente à medida que em determinadas localidades os casos eram irrisórios? Após investigação, constatou-se que a alta concentração de mortes causada pela cólera coincidiu com a distribuição de água contaminada por parte de uma das companhias de abastecimento.

Este caso da epidemiologia ilustra bem o raciocínio geográfico. Como diz Gomes (2017, p.147): “Explicar o por que as coisas estão ali onde estão, por que são diferentes quando aparecem em outras localizações, explicar graus de proximidade e distância, a posição, a forma e o tamanho envolvem um raciocínio bastante sofisticado.”. Isto é, explicar o porquê da localização tão pontual da ocorrência desta patologia no espaço, considerando os arranjos espaciais, estabelecendo correlação e conexão, trata-se de uma forma de pensar inerente à geografia.

A partir do exemplo acima retorna-se aos processos de raciocínios (elemento que compõe o pensamento espacial) citado por Duarte (2017) e presente no relatório do Learning to think spatially (*NATIONAL RESEARCH COUNCIL [NRC], 2006*). Ou seja, para solucionar o surto de cólera, John Snow precisou acionar os comandos dos processos de raciocínio: definir e identificar (nível de entrada); analisar e comparar informação (nível de processamento), obtendo um novo conhecimento (nível de saída).

Os processos de raciocínio nos dão subsídios para uma tomada de decisão mais coerente e acertada, pois foi a partir disso que houve em Londres uma intervenção e organização do espaço com ênfase nos serviços públicos essenciais, como fornecimento de água e coleta de esgoto. É pelo “por que do onde?” que revelam os processos sociais e naturais, de modo a nos conduzir a raciocínios complexos.

3 ATLAS GEOGRÁFICO MUNICIPAL: ALGUMAS POSSIBILIDADES

O atlas geográfico escolar, especialmente aqueles direcionado a escala local, contribui para o conhecimento do seu espaço vivido, sobretudo considerando os pequenos e médios

⁷ Aqui, utiliza-se *conceitos* e *princípios* como a mesma acepção.

municípios. Trata-se também de um importante instrumento de promoção da identidade territorial, fortalecendo o sentimento de pertencimento (LIMA, 2013, p.7).

Nesta escala de abrangência, os atlas preenchem uma importante lacuna, considerando a escassez de material didático dedicado a abordar o local. Aliado a isso, trata-se de um importante estímulo para explorar o recurso cartográfico presente no atlas e para “inserir os alunos na linguagem cartográfica” (ROMIG; PITAMO, 2020, p.243), uma vez que, como mencionado antes, nota-se o uso reduzido do mapa pelos docentes.

A disciplina de geografia, principal responsável pela alfabetização cartográfica e letramento cartográfico⁸, ganha maior proeminência com o atlas. Além da importância do aluno poder assimilar e decodificar símbolos e códigos, assimilando a legenda, escala etc., a cartografia permite que o aluno se aproprie do seu espaço.

Assim, “o letramento geográfico⁹ é, portanto, o ponto de partida para estimular o raciocínio espacial¹⁰ do aluno, articulando a realidade com os objetos e os fenômenos que querem representar, na medida em que se estrutura a partir das noções cartográficas.” (CASTELLAR; VILHENA, 2010, p.25).

O atlas geográfico escolar municipal possibilita que o docente não conceba o aluno como um mero receptor de conteúdo, de forma que sua realidade seja crucial no processo ensino-aprendizagem (AMORIM; JUNIOR, 2015, p. 120).

O modelo de ensino tradicional conteudista estabelece uma relação verticalizada entre professor e aluno, uma vez que dificulta uma aprendizagem significativa. Por sua vez, articular a linguagem cartográfica com as questões e problemas do cotidiano propicia uma aprendizagem significativa¹¹ (CASTELLAR, 2011, p.122).

Segundo Lana Cavalcanti (2010, p.6) o espaço vivido não é devidamente explorado pelos docentes, pois diz que “parece não haver clareza sobre a articulação entre os saberes sobre os lugares em que se vive e os princípios teóricos e o instrumental conceitual para pensar esses lugares.”. Desse modo, estudar o local, assume importância em virtude da construção do seu espaço, sendo este o produto dos fenômenos sociais e da relação da sociedade com a natureza (CALLAI, 2000 p.110).

O atlas permite uma compreensão mais objetiva, possibilitando despertar o interesse do aluno, algo que nem sempre é possível com o livro didático, sobretudo na escala local. No entanto, este recurso didático não pode “(...) ser apenas uma coletânea de mapas, prontos e acabados, mas sim uma organização sistemática de representações trabalhadas com finalidade intelectual específica(...)” (WURMAN, 1989 apud MARTINELLI, 2008, p.23). Ou seja, entende-se que o atlas cumpre um papel importante na compreensão do mundo e da sua realidade, pois é a partir da representação cartográfica e do raciocínio geográfico que estão

⁸ De acordo com Richter (2017, p.290) a alfabetização cartográfica faz referência aos códigos cartográficos, importantes para leitura e interpretação dos mapas. Já o letramento cartográfico, está relacionado ao uso do mapa para as práticas sociais dos indivíduos e para a leitura espacial (RICHTER, 2017, p. 291).

⁹ O letramento geográfico se efetiva a partir da linguagem cartografia (CASTELLAR, 2011, p.123), uma vez que exige o domínio das noções cartográficas, importante para ler e compreender o mundo.

¹⁰ Para fins de esclarecimento, o termo em tela citado originalmente por Castellar e Vilhena (2010) está relacionado a cognição e a inteligência espacial. Isto é, vinculado ao pensamento espacial.

¹¹ A aprendizagem significativa decorre da teoria da aprendizagem de David Ausubel. De acordo com Moreira: “a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não-literal e não-arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.” (MOREIRA, 2010, p.2)

inseridas questões de escalas, orientação, dispersão, hierarquia espacial, centralidade, distância etc. Como diz Duarte (2017):

As formas externas de representação do espaço, sobretudo as de caráter cartográfico, são particularmente imprescindíveis para mobilizar o pensamento espacial frente a fenômenos complexos. Isso porque ao utilizarmos competentemente os recursos cartográficos (o que inclui o domínio da “sintaxe” cartográfica) livramos a nossa mente da tarefa de memorizar um número muito grande de informações e podemos ocupá-la com atividades mais nobres, como a de identificar padrões espaciais, fazer associações, compreender processos socioespaciais, etc. (DUARTE, 2017, p. 203, grifo nosso).

Destarte, visto a importância deste recurso didático, selecionou-se dois atlas geográficos escolares a fim de analisar brevemente a potencialidade e possibilidades referentes ao raciocínio geográfico no âmbito local. Ressalta-se que ambos os atlas refletem o papel social que a universidade pública exerce para a sociedade através dos três pilares de atuação das instituições de ensino superior: ensino, pesquisa e extensão.

Os atlas escolhidos são oriundos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entretanto, foram elaborados por grupos de pesquisas distintos: NEGEF¹²-Núcleo de estudos de Geografia Fluminense (Atlas geográfico: município de Itaboraí¹³) e o DAGEOP¹⁴ - Dinâmicas Ambientais e Geoprocessamento (Atlas municipal escolar de São Gonçalo¹⁵), este último vinculado à Faculdade de Formação de Professores da mesma universidade.

O atlas geográfico do município de Itaboraí está estruturado em quatro capítulos: 1) *Localização e características gerais*; 2) *Dinâmica natural*; 3) *Dinâmica demográfica* e 4) *Atividades econômicas*.

O primeiro capítulo destaca a localização do município no Estado, além de contextualizar historicamente a formação do município, apresentando também o hino de Itaboraí, o brasão e sua bandeira. O segundo capítulo discorre sobre os aspectos naturais, trazendo consigo mapas temáticos de uso e cobertura do solo, geomorfológico, curva de nível, da bacia hidrográfica, da fitofisionomia (características da vegetação) e outros. Por fim, este capítulo se encerra com a definição dos principais tipos de solo encontrados no município. O terceiro capítulo apresenta o perfil populacional de Itaboraí, disponibilizando o gráfico da evolução populacional de Itaboraí, pirâmide etária, distribuição da população por distrito, quantitativo da população total e economicamente ativa, densidade demográfica e da população urbana e rural. Este capítulo é finalizado com a definição dos indicadores demográficos, como a taxa de natalidade, expectativa de vida, taxa de fecundidade etc. O quarto e último capítulo aborda as principais atividades econômicas do município, destacando o COMPERJ e o papel do Arco Metropolitano.

O atlas de São Gonçalo não é estruturado por capítulos em seu sumário, porém traz os seguintes tópicos: 1. *Município de São Gonçalo: 1.1Bandeira e brasão de São Gonçalo*; 2. *Localização do Município de São Gonçalo*; 3. *Aspectos físicos*; 4. *Monitoramento da estação climatológica urbana localizada no município de São Gonçalo*; 5. *Características*

¹² No total o NEGEF produziu onze atlas geográficos para os seguintes municípios: Barra do Pirai, Itaboraí, Macaé, Maricá, Nova Friburgo, Natividade, Quissamã, Rio Bonito, Teresópolis, Três Rio e Valença.

¹³ Atlas disponível para download em: <<https://eduerj.com/?product=atlas-geografico-municipio-de-itaborai>>

¹⁴ Por sua vez, o DAGEOP produziu até o momento três atlas: 2 de Mesquita e 1 do próprio município de São Gonçalo. No momento está em andamento o atlas do município de Maricá.

¹⁵ Atlas disponível para download em: <<https://www.dageop.com.br/sao-goncalo>>

sócioeconômicas; 6. *Mapa mudo para construção dos alunos*. Na outra parte do atlas há a *Lista de mapas*, abrangendo 39 mapas.

Na apresentação do atlas de São Gonçalo, consta o propósito do atlas, que visa melhorar o ensino local através da realidade: “Pretende-se assim, contribuir com a melhoria do ensino no município de São Gonçalo, mais especificamente nas aulas de geografia, embora o produto possa ser trabalhado de forma interdisciplinar, sempre trazendo a realidade local para as discussões em sala de aula.” (Atlas municipal escolar de São Gonçalo, 2020). Ou seja, objetiva-se atender as demandas do ensino básico no âmbito local.

Embora ambos os atlas atendam ao mesmo fim específico, eles apresentam diferenças consideráveis. O objetivo aqui, do ponto de vista qualitativo, não é sobrepor um atlas em detrimento do outro, mas sim tentar explorar as possibilidades que cada material oferece. É importante salientar que tais diferenças refletem o perfil de cada grupo de pesquisa e dos seus respectivos integrantes. O DAGEOP, por exemplo, por ter como ênfase o geoprocessamento, apresenta um número elevado e diversificado de mapas em seu atlas (39 mapas, enquanto Atlas do NEGEF apresenta onze mapas). Entretanto, o atlas de Itaboraí, do NEGEF, dispõe de atividades complementares, glossário e *layout* “lúdico”.

Os mapas presentes no atlas escolar de São Gonçalo, nos ajudam a traçar possibilidades no ensino referente ao raciocínio geográfico e ao pensamento espacial. Neste caso, os princípios do raciocínio geográfico, ou conceitos espaciais (aqui já explicitados), associado ao “por que do onde” nos ajudam a compreender a dinâmica espacial dos objetos, fenômenos, bem como do arranjo espacial.

O atlas de São Gonçalo traz uma variedade de mapas temáticos, com destaque para o mapa da distribuição dos *Hospitais e postos de saúde do município de São Gonçalo* (anexo A, mapa 2); *Uso e cobertura da terra do município de São Gonçalo* (anexo A, mapa 3); *Lugares de lazer do município de São Gonçalo* (anexo A, mapa 4); *População absoluta do município de São Gonçalo* (anexo A, mapa 5); *Densidade demográfica do município de São Gonçalo* (anexo A, mapa 6) e da *Mortalidade Infantil de São Gonçalo* (anexo A, mapa 1).

A partir destes mapas pode-se questionar o porquê da disposição dos determinados equipamentos e serviços públicos. A alta concentração das unidades de saúde a oeste e na parte central do município no mapa *Hospitais e postos de saúde do município de São Gonçalo*, assim como dos lugares de lazer no mapa *Lugares de lazer do município de São Gonçalo* nos faz questionar o porquê desta dinâmica espacial. Ao analisar os mapas de uso e cobertura da terra e da densidade demográfica, podem perceber que a disposição espacial dos equipamentos de saúde segue a lógica de ocupação humana no espaço, favorecendo a compreensão do ordenamento territorial.

Acerca dos conceitos de população absoluta e densidade demográfica, pode-se questionar o porquê das tonalidades mais fortes dos polígonos dos mapas de população absoluta e da densidade demográfica são distintas em ambos os mapas? Por que o bairro de Jardim Catarina, o mais populoso de São Gonçalo (mais de 70.000 habitantes), não está entre os bairros mais densamente habitados?

Ainda, é pertinente questionar o porquê da discrepância da taxa de mortalidade entre os distritos de Ipiiba e Sete Pontes. Tal diferença pode suscitar em questões distintas, que podem envolver desigualdade socioespacial, carência e/ou deficiência de oferta de serviços públicos essenciais etc. Tudo isso está relacionado ao exercício da cidadania, pois permite desenvolver um indivíduo com mais autonomia e poder de intervenção da sua realidade.

Os mapas de *Uso e cobertura do solo* (anexo A, figura 2), *Feições geomorfológicas* (anexo A, figura 5), *Bacias hidrográficas* (anexo A, figura 4) presentes no atlas geográfico de Itaboraí nos permite também articular outros temas. Comparando os mapas, fazendo um exercício de sobreposição, relacionando áreas de planícies, morros; rios e canais; ocupação

urbana de média densidade..., pode-se sugerir localidades que eventualmente estejam suscetíveis a fenômenos naturais, como alagamentos, enchentes, áreas de risco em encosta etc.

Outra possibilidade é a ilustração do Arco Metropolitano (anexo A, figura 3) em que se pode estabelecer relações de localização e distância com a Região Metropolitana. Neste sentido, uma das questões da atividade complementar dialoga com o pensamento espacial:

“3) Compare o mapa do arco Metropolitano e o mapa do estado do Rio de Janeiro (apresentado no capítulo 1) e identifique os municípios que fazem parte do trajeto. Em seguida, explique sua importância para Itaboraí” (Atlas geográfico: município de Itaboraí, 2016, p. 56).

No atlas de São Gonçalo, embora não contemple atividades e exercícios, coloca à disposição o mapa mudo do município, permitindo desenvolver diversas atividades.

Por vezes, os mapas presentes nos atlas são vistos como algo ilustrativo, praticamente estanque da realidade, sem utilizá-lo e compreendê-lo como ferramenta essencial da análise geográfica. Dito isso, é importante enfatizar que:

(...) os mapas não seriam vistos como tradicionalmente é feito, como meras figuras ilustrativas dos textos didáticos, mas sim como representações reveladoras de questões que serão abordadas e discutidas nos discursos geográficos, dando chance a uma reflexão crítica e consciente entre os estudantes, orientada pelo mestre em sala de aula. (MARTINELLI, 2011, p.59)

É notável a importância dos mapas para ler a realidade e, inclusive, para questioná-la. Compreendendo-a como uma fonte de informação que é fruto de dados obtidos da realidade e selecionada com determinado critério por quem o produz. Desse modo, a leitura do mapa exige uma visão múltipla, que não obedece a linearidade da leitura textual (SEEMANN, 2011, p.166), pois deve-se buscar localizar, analisar, correlacionar e sintetizar as informações nele contidas (SIMIELLI, 1999, p. 97).

Assim como a matemática e a língua portuguesa, a geografia precede o ensino formal. Ou seja, a geografia está presente no dia a dia da criança, independente da escola, porque “o aprendizado relacionado ao reconhecimento dos lugares e de seus significados em nossas vidas se inicia muito antes de entrarmos na escola e depende diretamente das relações sociais nas quais estão inseridos” (SANTOS, 2007, p.5). Neste sentido, acrescenta-se que o estudo do espaço geográfico *in loco*, de forma orientada, munido do atlas, se torna conveniente, porque permite ampliar o conhecimento abordando aspectos que eventualmente não foram contemplados no atlas ou mesmo em sala de aula. Trata-se também de uma oportunidade de incitar os saberes preexistentes do aluno acerca do seu espaço.

A linguagem escrita e falada, como produto da ação humana, é dotada de intencionalidade e ideologia, o que não difere da linguagem cartográfica. O município retratado no atlas pela representação cartográfica não necessariamente condiz fielmente com a percepção e vivência dos alunos. Nesse contexto, é importante colocar em evidência que o produto cartográfico não representa uma verdade absoluta, nem tampouco está imune às críticas (RICHTER, 2017, p.282), pois reflete as informações e perspectivas de quem o fez.

É importante ressaltar que raciocínio geográfico e o pensamento espacial não ocorrem apenas por meio das formas de representações, mas cabe destacar a importância da representação cartográfica na interpretação das espacialidades dos fenômenos (ASCENÇÃO; VALADÃO, SILVA, 2018, p.49).

4 ITABORAÍ E SÃO GONÇALO: CONTEXTO HISTÓRICO EM COMUM E O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE TERRITORIAL

Torna-se cada vez mais conveniente e importante conhecer o nosso local, compreendendo, por meio disso, a relação com o global. Os aspectos econômicos, sociais, culturais presentes no território acabam por constituir nossa subjetividade acerca do lugar, fortalecendo a identidade territorial. Diante disso, o atlas geográfico municipal, tem como característica a sua escala local de abrangência, aproximando mais o aluno do seu município por meio da sua relação e percepção sobre o espaço local. Isto é, estimula o sentimento de pertencimento ao conhecer novos atributos e características que só o atlas geográfico municipal enquanto material didático pode oferecer.

Os atlas selecionados correspondem aos municípios de Itaboraí e São Gonçalo. Municípios que em momentos distintos aspiravam um desenvolvimento econômico e social pautado pelo investimento no setor industrial.

São Gonçalo, no início da metade do século XX, viu sua economia predominantemente agrícola sendo substituída pela economia industrial. A industrialização espontânea em São Gonçalo¹⁶, derivado principalmente do investimento¹⁷ do setor privado, não se sustentou por muito tempo. Os incentivos públicos se limitavam a isenções fiscais, desapropriação e aquisição de terras (ARAÚJO; MELO, 2014, p.69). Assim, o crescimento industrial em São Gonçalo esbarrou na ausência de investimentos do poder público em infraestrutura, que inclusive, não atendia as demandas básicas da população urbana que crescia (ASSIS; MATOS, BRONZI, 2019, p.4312).

Na esteira da industrialização, a urbanização ampliou-se de maneira intensa. Associado a ausência de planejamento pelo poder público, desencadeou um processo contínuo de impactos ambientais e sociais em São Gonçalo (ASSIS; MATOS, BRONZI, 2019).

Itaboraí, por sua vez, presenciou algo similar (levando em conta as devidas diferenças e circunstâncias) no tocante ao investimento do Complexo Petroquímico da Petrobrás (Comperj) no início do século XXI.

A escolha do município para instalar o Comperj gerou uma enorme expectativa, principalmente para os itaboraienses e investidores da região. O Comperj foi estimado como o principal vetor de desenvolvimento, modernização e sustentabilidade para o estado do Rio de Janeiro, bem como para sua Região Metropolitana (GUERRA, 2018, p.194). Desse modo, entre

¹⁶ A localização e a geografia de São Gonçalo ofereceram condições para o desempenho da atividade industrial. Além do relevo plano, propício para esta atividade, (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA GUANABARA, 1969, apud ARAÚJO; MELO, 2014 pág. 73), sua localização margeando a entrada da Baía de Guanabara já expressava importância desde antes do “boom” industrial do município, facilitando o escoamento da produção agrícola por meio dos seus portos. Aliado a isso, destaca-se a proximidade com demais centros industriais consumidores, assim como com as principais capitais (federal e estadual) próximas. Outros fatores como a mão de obra barata, o preço mais barato da terra e o fornecimento de matéria prima por municípios vizinhos ajudaram a atrair investimentos neste setor.

¹⁷ Tais investimentos criaram expectativa e entusiasmo não apenas entre os habitantes dos dois municípios, mas também atraiu muita gente de outros municípios e estados que estavam em busca de emprego e novas oportunidades. Este fator de atração foi o principal responsável pelo crescimento populacional de São Gonçalo, especialmente entre os anos de 1950 e 1970 (HOMERO, 2006 apud ASSIS; MATOS, BRONZI). Associado a isso, houve expectativa e empolgação acerca do parque industrial de São Gonçalo, pois “atizava sentimentos ufanistas” por parte da população gonçalense (ARAÚJO; MELO, 2014, p. 73), recebendo, a partir de então, a alcunha de “Manchester Fluminense”, em analogia a proeminente cidade industrial inglesa.

um breve período (2007-2013) o município experimentou um aumento da oferta de empregos e nos diversos investimentos no comércio e no setor imobiliário (edifícios residenciais e empresariais; shoppings, hotéis etc.). No entanto, com a operação lava-jato e com a crise político-econômica que sucedeu após 2014, o município viu a projeção de um desenvolvimento econômico e social erodir por completo.

Para os investidores, Itaboraí era o palco de uma das maiores obras públicas e símbolo do sucesso do novo desenvolvimentismo brasileiro. O município que outrora tinha um papel de pequena relevância, fosse ao cenário estadual ou nacional, agora figurava no case de diversos investidores nacionais e multinacionais, pela perspectiva de retorno lucrativo acelerado (BENAVIDES et al., 2009; CONCREMAT, 2007; FIRJAN, 2008 apud GUERRA, 2018, p.197)

Tal contexto, em grande medida, define São Gonçalo e Itaboraí hoje. Localizando-se na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo é o município mais populoso do estado (com exceção da capital), com uma população estimada em 1.098.357 habitantes (IBGE, 2021) enquanto Itaboraí apresenta uma população estimada em 244.416 habitantes (IBGE, 2021).

A conjuntura econômico-social em que se encontram acaba exercendo, inclusive, influência na memória coletiva dos indivíduos e na sua percepção em relação ao espaço. A migração pendular, por exemplo, (questão indissociável da própria função urbana que envolve a oferta de serviços, empregos, lazer etc.) bastante presente no cotidiano dos habitantes destes dois municípios, trata-se de um fenômeno que é vivenciado inclusive pelos alunos, seja indiretamente por meio de seus familiares, ou até diretamente. Aliado a isso, não raro, muitos alunos que residem em Itaboraí e estudam em São Gonçalo (ou vice-versa) encerram o ciclo básico sem compreenderem a dinâmica e a dimensão espacial do município ou da região ao qual estão inseridos.

À medida que os atlas destacam e valorizam determinados atributos do município, contribuem na mudança de leitura do seu espaço por uma nova lente. A cartografia exerce um papel importante neste processo, pois trata-se de uma linguagem que transmite fatos, conceitos..., que possibilita ler e escrever território (CASTELLAR, 2011, p. 133).

Neste sentido, é importante enfatizar que a identidade é construída (dentre outros elementos) pela história, geografia e a própria memória coletiva, que constitui "matéria prima" da identidade (CASTELLS, 2002, p.23).

Assim, os atlas em tela discorrem também sobre a história dos municípios.

Sob um rápido olhar histórico sobre o desenvolvimento urbano industrial da cidade, São Gonçalo inicia a sua formação industrial, de acordo com SILVA (2012), a partir da década de 1940, momento este em que há a passagem de uma sociedade agroexportadora escravocrata, com base na acumulação primitiva de capitais, para uma sociedade urbano-industrial no Brasil, por meio dos excedentes gerados pelo sistema anterior. (Atlas municipal escolar de São Gonçalo, 2020).

Assim como os mapas refletem a escolha e intencionalidade do cartógrafo, as escolhas das fotografias e imagens presentes no atlas também seguem a mesma lógica, que inevitavelmente, trazem uma perspectiva diferente, onde é apresentado uma outra faceta do lugar. Neste caso, o atlas de Itaboraí dispõe de fotos que valorizam o patrimônio material, como a fotografia das ruínas do Convento de São Boaventura (anexo A, figura 7) e o Teatro Municipal João Caetano (anexo A, figura 8).

Como diz Oliveira Jr. (2011, p.16)¹⁸: “Um atlas municipal visaria, entre outras coisas, focar nossa observação em outras coisas que nossa própria experiência de habitante não nos daria.”. Cada sujeito ou grupo social concebe o lugar de acordo com suas vivências (OLIVEIRA JR. 2011, p.14), e por conseguinte, de acordo com suas visões de mundo.

A identidade territorial é um fenômeno dinâmico, resultado da interação entre uma determinada comunidade com seu espaço (POLLICE, 2010, p.10). O atlas do NEGEF (Itaboraí) e do DAGEOP (São Gonçalo) trazem elementos simbólicos dos municípios, como o hino, brasão e bandeira (anexo A, figura 1), fazendo menção, neste caso, aos elementos imateriais que ajudam a reforçar o sentimento de pertencimento.

A própria percepção da coletividade acerca dos símbolos e valores identitários dispostos no território ajuda a promover o compartilhamento dos mesmos valores identitários (POLLICE, 2010, p.15).

O atlas de Itaboraí, ressalta expressamente seu propósito sobre a identidade após a página de apresentação:

Além disso, este **atlas busca auxiliar a atuação de docentes no processo de construção da identidade do aluno**, bem como fornecer aos professores instrumentos de trabalho e objetos de estudo em sala de aula, a fim de possibilitar maior entendimento, de forma abrangente e esquematizada, das dinâmicas (naturais e humanas) presentes no município de itaboraí. seus objetivos específicos são: 1. apresentar aos estudantes do município de itaboraí um conjunto de mapas, gráficos, textos e fotos que lhes permita conhecer melhor o seu território municipal; 2. proporcionar aos professores do município de itaboraí um instrumento que lhes sirva de subsídio e que facilite, ainda, a compreensão da realidade vivida pelos alunos; 3. fornecer aos interessados um amplo material visualmente expressivo que facilite o conhecimento e entendimento do município. (Atlas Geográfico: Município de Itaboraí, 2016, p.10, grifo nosso)

Caldo (1996, p. 285, apud POLLICE, 2010, p.8) define a identidade territorial¹⁹ como “relação identitária que liga uma determinada comunidade ao seu espaço vivido” que configura a relação de pertença que forma o território (POLLICE, 2010, p.8). A importância da identidade territorial se dá, entre outras coisas, no plano do desenvolvimento local (desenvolvimento endógeno), uma vez que gera “efeitos positivos que podem “produzir-se sobre o plano social, cultural e ambiental.” (POLLICE, 2010, p.21).

Para Haesbaert:

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (HAESBAERT 1997, p. 172)

¹⁸ Oliveira Jr. (2011) faz referência a escolha de material que compõe o atlas, especificamente às fotografias, que constituem versões do lugar oriundas da perspectiva dos autores, chamando atenção para a construção do lugar e as disputas pelas distintas formas de concebê-lo.

¹⁹ No texto original de Pollice (2010), o termo em questão usado é identidade “*geográfica*”. Para evitar estranhamento, optei por usar aqui o termo identidade “*territorial*”.

Assim, cabe mencionar que o território se diferencia por determinados atributos, como a materialidade e imaterialidade, assim como pelas suas relações sociais, processos de produção e a própria cultura (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). A dimensão cultural e simbólica apropriada pelos grupos sociais confere um atributo singular do território, que forjam a identidade e imaginário dos grupos sociais. Trata-se de um “controle simbólico” acerca do seu espaço de vivência. Atributos que perpassam por diversos aspectos que moldam a identidade dos indivíduos e seu imaginário através da subjetividade (HAESBAERT, 1997).

O componente afetivo e o sentimento de pertença acerca do seu espaço perpassam pela compreensão do seu espaço enquanto resultado de um produto histórico-social, em que enseja hábitos, costumes, símbolos, valores, crenças (HAESBAERT; LIMONAD, 2007), que associado aos aspectos físicos que envolve a paisagem (cultural e natural), geomorfologia e demais aspectos que caracterizam os municípios em tela, constituem sua identidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se destacar aqui estes dois eixos que são fundamentais à disciplina geográfica, que dialogam fortemente com os atlas geográfico em escala local.

O atlas geográfico escolar municipal enseja um ensino contextualizado ao cotidiano discente. Nesse sentido, a cartografia se apresenta como a principal ferramenta para compreender seu espaço, visibilizando os fenômenos vigentes que cerca o alunado. A percepção que a comunidade discente tem do seu município se modifica, conhecendo-o por outra faceta e em sua totalidade. Pode-se dizer que o atlas atua como instrumento de “resgate” ao espaço de identificação, que abarcando a cultura, o aspecto físico e todos os demais elementos que constituem o território.

O pensamento espacial atrelado ao raciocínio geográfico permite que o indivíduo esteja ciente sobre a sua condição espacial, por conseguinte, desenvolvendo uma percepção crítica da realidade por meio da linguagem cartográfica. Assim, salienta-se a importância dos conceitos espaciais no emprego da análise espacial em prol do raciocínio geográfico. Desenvolver ou mesmo estimular a forma de pensar pelo prisma da geografia parece então um ponto nevrálgico para defender o ensino de geografia em tempos de ataque e descrença às ciências humanas. De modo complementar, reforça aqui o papel do atlas geográfico na compreensão da realidade do aluno, ainda que pouco difundido e utilizado.

O material cartográfico que compõe o atlas é, por vezes, bastante subestimado. Em consonância ao pensamento espacial, tentou-se aqui exemplificar algumas possibilidades práticas sobre esta temática, o que permite compreender a dinâmica espacial de determinados fenômenos, bem como o próprio arranjo espacial. Isto é, suscita questões que a priori não são “palpáveis” sem a análise espacial pela cartografia.

Evidentemente, os atlas, mesmo em escala local, não abordam toda a complexidade que envolve os municípios. Portanto, é fundamental que enquanto docentes, tenha-se a sensibilidade de estabelecer as devidas relações das “versões” que os atlas apresentam, com a “versão” da realidade vivida pelos alunos, de modo a mobilizar seus conhecimentos pré-existentes.

Neste sentido, procurou-se corroborar para um ensino de geografia como “uma prática espacial de significação” (STRAFORINI, 2018). Ou seja, entende-se como um ensino como prática espacial, que a partir da compreensão dos fenômenos espaciais possa permitir que o sujeito se aproprie do espaço e se torne vetor de transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Raul Reis; JÚNIOR, Reginaldo Firmo. **Formação do professor de geografia: a importância do uso do atlas escolar na educação básica**. XI Encontro Nacional da Anpege. 2015.
- ARAÚJO, Victor Leonardo; MELO, Hildete Pereira de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, Mai. 2014.
- ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira R.; VALADÃO, Roberto Célio; SILVA, Patrícia Assis. da. (2018). Do uso pedagógico dos mapas ao exercício do Raciocínio Geográfico. **Boletim Paulista De Geografia**, 99,34–51. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1465>> Acesso em: 15 de jul. 2022.
- ASSIS, Guido; MATOS, Thaís; BRONZI, Laís. Industrialização e urbanização no município de São Gonçalo/RJ: uma análise a partir da pesca artesanal na Baía de Guanabara. **Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. XVI Simpurb. 2019.
- AZEVEDO, Mariângela Oliveira de; OLANDA, Elson Rodrigues. Rede Municipal de Educação de Goiânia. O ensino do lugar: reflexões sobre o conceito de lugar na Geografia. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 13, n. 3, dez/2018, p. 136 – 156.
- CALLAI, Helena C. "Estudar o lugar para Compreender o Mundo in CASTROGIOVANNI, A." C. CALLAI, HC KAERCHER, **NA Ensino de Geografia: Práticas e Textualizações no Cotidiano**. Porto Alegre: Mediação (2000).
- CARDONA, Francesc Xavier H. **Didácticas de las ciencias sociales, geografía e historia**. Barcelona: Graó, 2002, v. 169.
- CASTELLAR, Sônia M. V. A Cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In. ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTELLAR, Sônia.M. V.; DE PAULA, I.R. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 294-322, jan./jun., 2020
- CASTELLAR, Sônia. M. V.; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 161 p.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade** (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura). São Paulo, Paz e terra, 2002. Vol. 2.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. **ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Os Conteúdos Geográficos no Cotidiano da Escola e a Meta de Formação de Conceitos. In: ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa (Org.). **Formação, Pesquisa e Práticas Docentes**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora LTDA, 2013. P. 367-394.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia** – ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. 1ª Ed. (2019). Editora Unesp. 289-297.

DUARTE, Ronaldo. A linguagem cartográfica como suporte ao desenvolvimento do pensamento espacial dos alunos na educação básica. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 187-206, jan./jun., 2017.

DUARTE, Ronaldo Goulart. **Educação Geográfica, Cartografia escolar e Pensamento Espacial no segundo segmento do ensino fundamental**. São Paulo, 2016. 310 f.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A cartografia no ensino de geografia: a aprendizagem mediada**. 2001. 219 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/101445>>. Acesso em: 30 de jul. 2022.

GUERRA, Wander de Souza Dias. **Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e Crise Político-Econômico no Brasil: o Município de Itaboraí pós-2014**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 8, N.2, p. 187-205, 2018 ISSN 2237-3071

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. 1. Edição. Editora Bertrand Brasil. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade** : a rede “gaúcha” no Nordeste / Rogério Haesbaert. — Niterói : EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc..., espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. N° 2(4), VOL. 1, 15 de agosto de 2007, ISSN 1981-3732

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HINO, Paula. et al. Geoprocessamento aplicado à área da saúde. **Revista Latino-americana de Enfermagem**. 2006 novembro-dezembro; 14(6). Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/2383>>. Acesso em: 14 de abr. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: São Gonçalo. **População estimada**, 2021. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>> Acesso em: 14 de abr. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: Itaboraí. **População estimada**, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/panorama>> Acesso em: 14 de abr. 2022.

JULIASZ, Paula Cristiane Strina. **O pensamento espacial na educação infantil: uma relação entre geografia e cartografia**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14072017-162631/>> Acesso em: 19 ago. 2022.

- LIMA, A. S. **Atlas escolar De Sumaré (SP): os saberes produzidos nas práticas pedagógicas cotidianas de uma professora do 4º ano do ensino fundamental**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Rio Claro, Rio Claro, 2013.
- MARAFON, Gláucio (Org). **Atlas Geográfico: Município de Itaboraí**. – Eduerj. 2016. 62p.
- MARTINELLI, Marcello. Atlas geográficos para escolares: uma revisão metodológica. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Novos rumos da cartografia escolar**. Editora Contexto. 2011.
- MARTINELLI, Marcello. **Um atlas geográfico escolar para o ensino-aprendizagem da realidade natural e social**. 2008.
- MOREIRA, Marco Antônio. **O que é afinal a aprendizagem significativa?** UFRGS. Porto Alegre. 2010.
- OLIVEIRA JR, Wenceslao. Fotografias e conhecimentos do lugar onde se vive: linguagem fotográfica e atlas municipais escolares. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Novos rumos da cartografia escolar**. Editora Contexto. 2011.
- POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 27, P. 7-23, JAN./JUN. DE 2010
- RICHTER, Denis. A linguagem cartográfica no ensino de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 7, n. 13, p. 277-300, jan./jun., 2017
- ROMIG, Karen Laiz; PITAMO, Sandro de Castro. **O Atlas Geográfico Municipal como Recurso Didático no Ensino de Geografia: elaboração e perspectivas formativas**. Geografia (Londrina) v. 29. n. 2. pp. 241 – 260, julho/2020.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SEEMANN, Jorn. Entre usos e abusos nos mapas da internet. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Novos rumos da cartografia escolar**. Editora Contexto. 2011.
- SILVA, Isabela Habib Canaan da. (org). **Atlas municipal escolar de São Gonçalo**. São Gonçalo /– 1 ed – São Gonçalo – GEOPERTNERS. 2020. 57p.
- SIMIELLI, M.E.R. **Cartografia no ensino fundamental e médio**. In: Carlos, A.F. (org). A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999, pp. 92-108.
- STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 175-195, 2018

ANEXO A - PRINCIPAIS ILUSTRAÇÕES DOS ATLAS DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ E SÃO GONÇALO

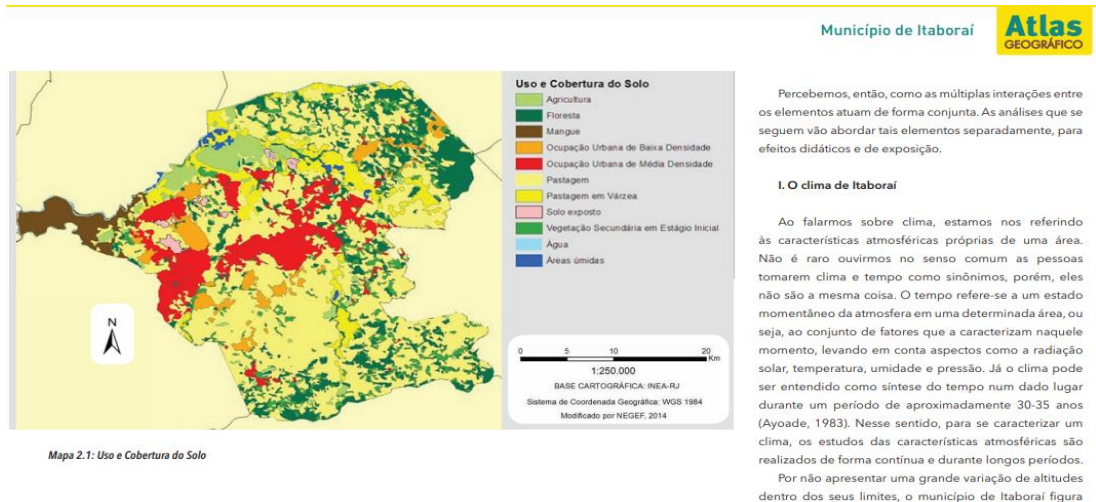
Figura 1 - Página com brasão e bandeira do Município de Itaboraí



18

Fonte: Atlas Geográfico: Município de Itaboraí, 2016. Disponível em: <https://eduerj.com/?product=atlas-geografico-municipio-de-itaboraí>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

Figura 2 - Página com mapa de Uso e Cobertura do Solo



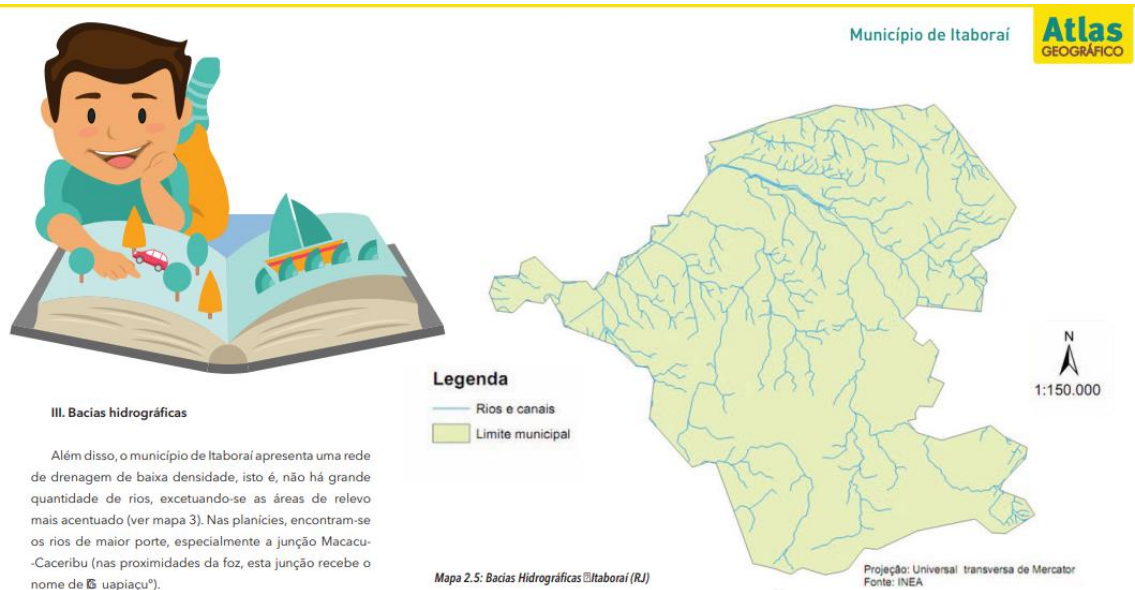
Fonte: Atlas Geográfico: Município de Itaboraí, 2016. Disponível em: <https://eduerj.com/?product=atlas-geografico-municipio-de-itaboraí>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

Figura 3 - Páginas com o traçado do Arco metropolitano do atlas geográfico de Itaboraí



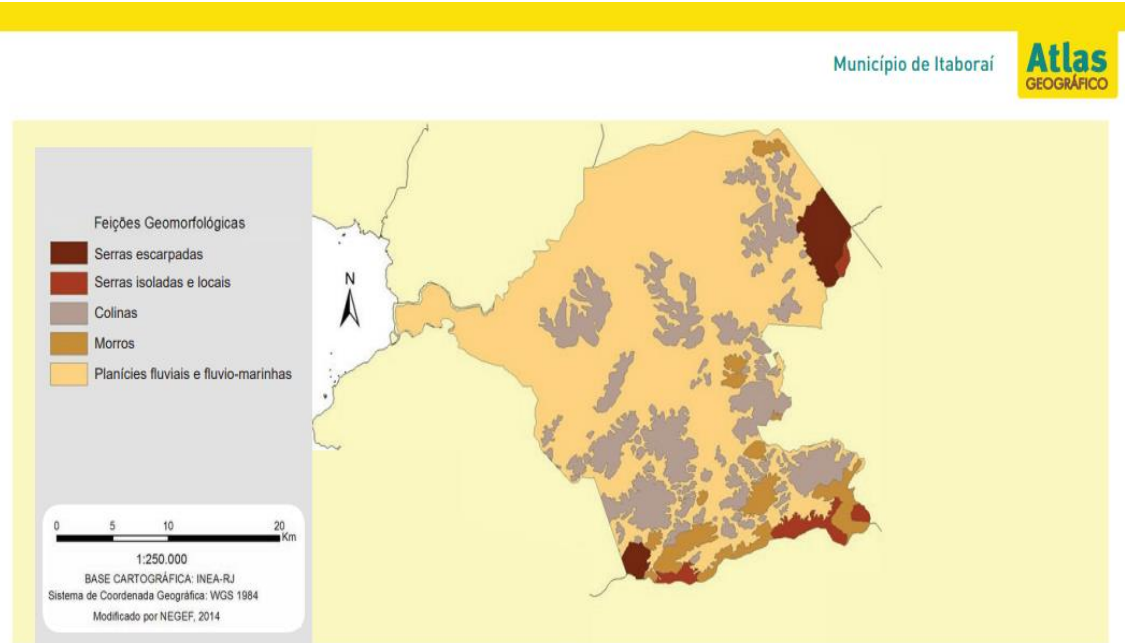
Fonte: Atlas Geográfico: Município de Itaboraí, 2016. Disponível em: <https://eduerj.com/?product=atlas-geografico-municipio-de-itaborai>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

Figura 4 - Página do atlas geográfico de Itaboraí com mapa das bacias hidrográficas



Fonte: Atlas Geográfico: Município de Itaboraí, 2016. Disponível em: <https://eduerj.com/?product=atlas-geografico-municipio-de-itaborai>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

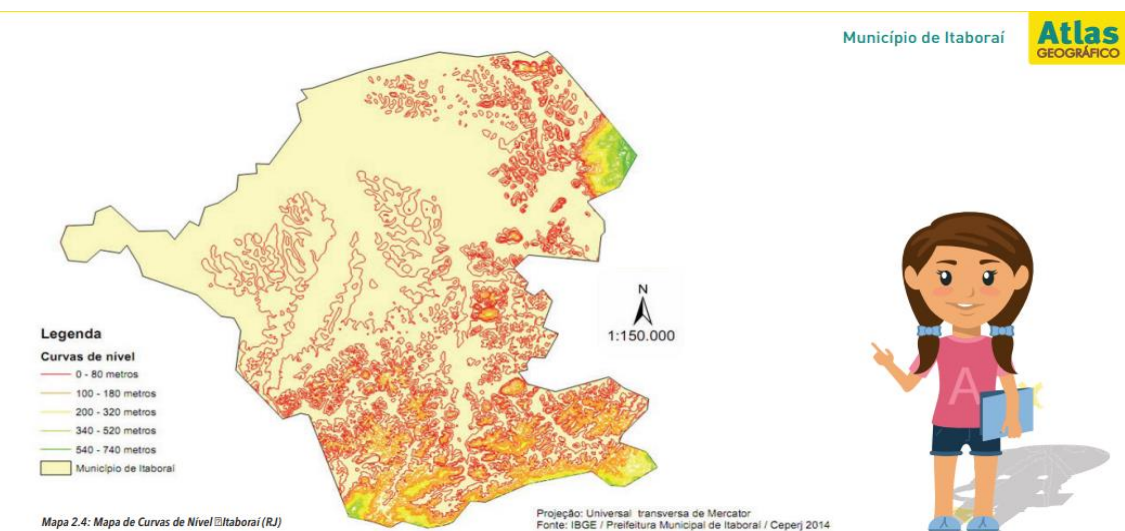
Figura 5 – Página do atlas geográfico de Itaboraí com Mapa da feição geomorfológica



Mapa 2.2: Aspectos Geomorfológicos - Itaboraí (RJ)

Fonte: Atlas Geográfico: Município de Itaboraí, 2016. Disponível em: <https://eduerj.com/?product=atlas-geografico-municipio-de-itaborai>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

Figura 6 – Página do atlas geográfico de Itaboraí com mapa de curvas de nível



Fonte: Atlas Geográfico: Município de Itaboraí, 2016. Disponível em: <https://eduerj.com/?product=atlas-geografico-municipio-de-itaborai>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

Figura 7 – Página do atlas geográfico de Itaboraí: destaque para imagem das Ruínas do Convento de São Boaventura

II. Breve histórico da formação do município de Itaboraí

Itaboraí tem sua origem vinculada à Vila de Santo Antônio de Sá, que abrangia, ainda, Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito. Em sua época mais próspera, a Vila possuía 20 portos ao longo de seus rios, por onde circulavam barcos, canoas e saveiros carregando a produção de toneladas de açúcar, aguardente e farinha.

Data de 1650 a construção do Convento de São Boaventura, a quinta obra feita pela Ordem Franciscana no Brasil. As **Ruínas do Convento** são consideradas hoje um dos mais belos e importantes conjuntos arquitetônicos religiosos do período colonial.

No entanto, a Freguesia de São João de Itaboraí demoraria a se desenvolver: só em 1742 seria construída a Igreja de São João, para substituir a capela que lá ficava. A Freguesia se desenvolveu no entorno da igreja, que se tornou o centro da futura cidade de Itaboraí.



Figura 1: Ruínas do Convento de São Boaventura
Fonte: Acervo da Prefeitura de Itaboraí

Fonte: Atlas Geográfico: Município de Itaboraí. 2016. Disponível em: <https://eduerj.com/?product=atlas-geografico-municipio-de-itaborai>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

Figura 8 – Página do atlas geográfico de Itaboraí: destaque para o Teatro Municipal João Caetano



Figura 2: Teatro Municipal João Caetano
Fonte: Acervo da Prefeitura de Itaboraí

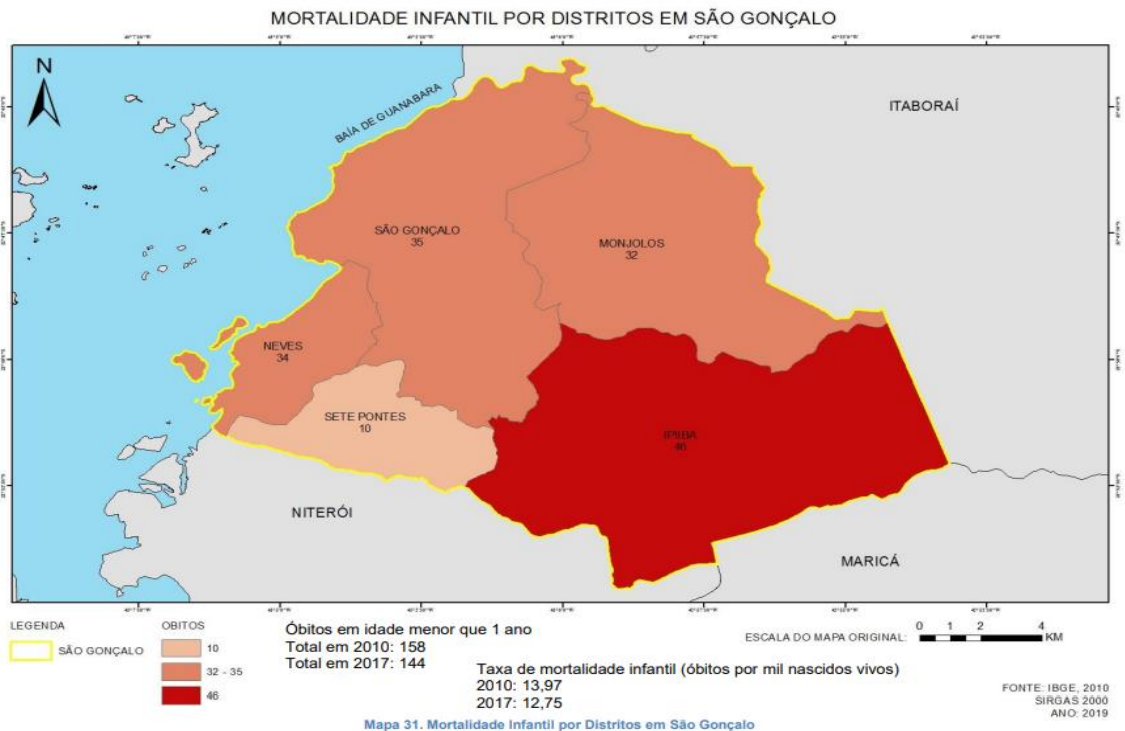
Em 1833, Itaboraí seria elevada à categoria de Vila. Somando-se ao processo de decadência pelo qual

passava a Vila de São Boaventura, a Vila de Itaboraí ganhou população e importância rapidamente.

No segundo reinado (1831-1840), Itaboraí passou a ser uma das mais desenvolvidas localidades fluminenses, com a presença de personalidades ilustres na vida

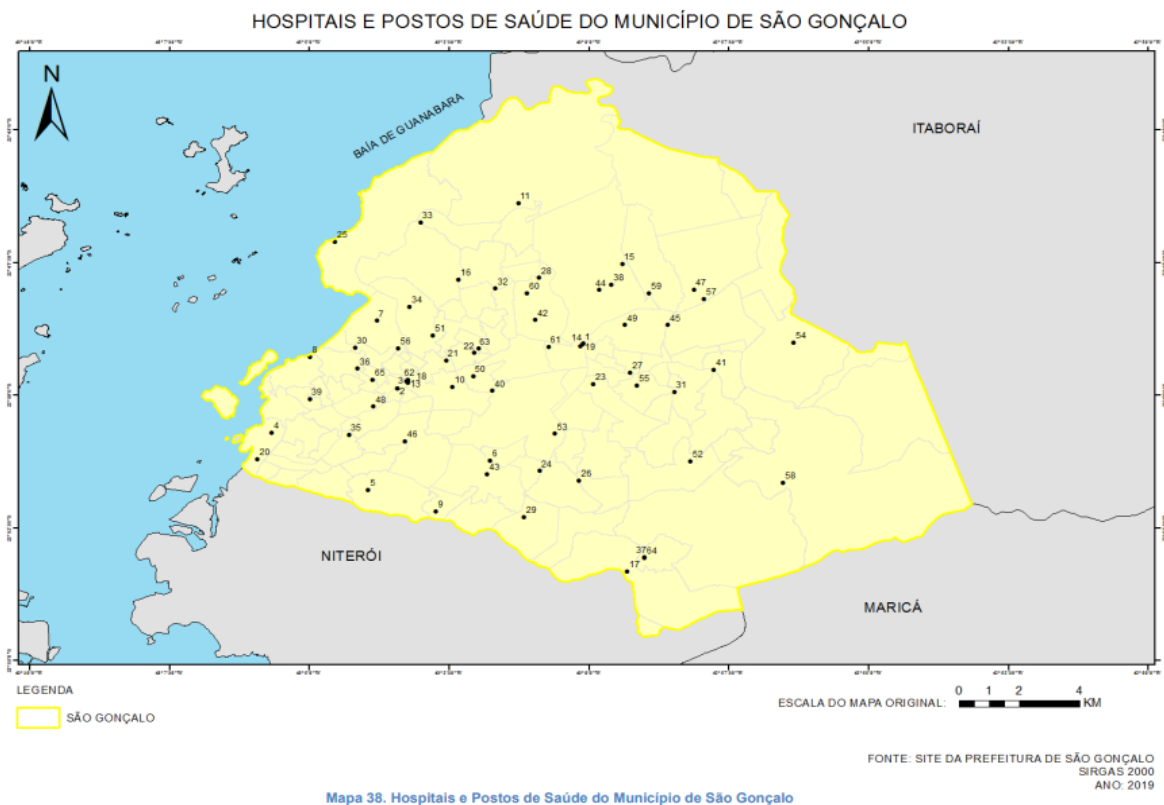
Fonte: Atlas Geográfico: Município de Itaboraí. 2016. Disponível em: <https://eduerj.com/?product=atlas-geografico-municipio-de-itaborai>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

Mapa 1 - Mapa de mortalidade infantil por distritos em São Gonçalo



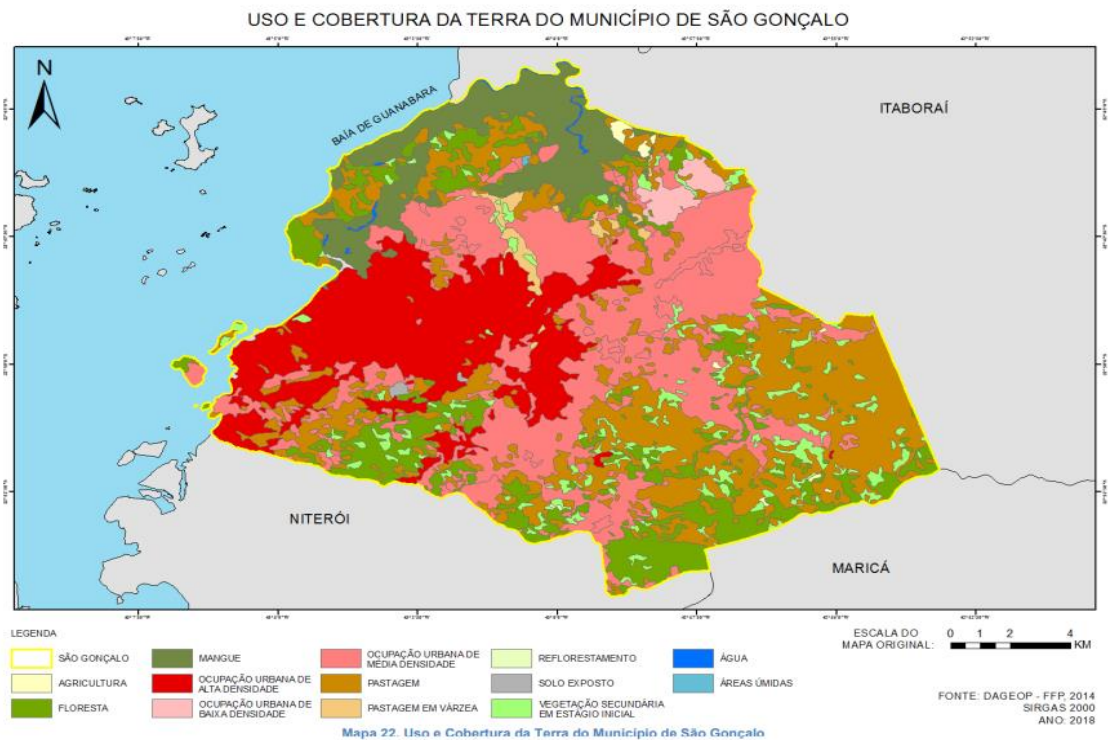
Fonte: Atlas municipal escolar de São Gonçalo, 2020. Disponível em: <<https://www.dageop.com.br/sao-goncalo>>. Acesso em: 22 de ago. 2022.

Mapa 2 - Hospitais e postos de saúde do município de São Gonçalo



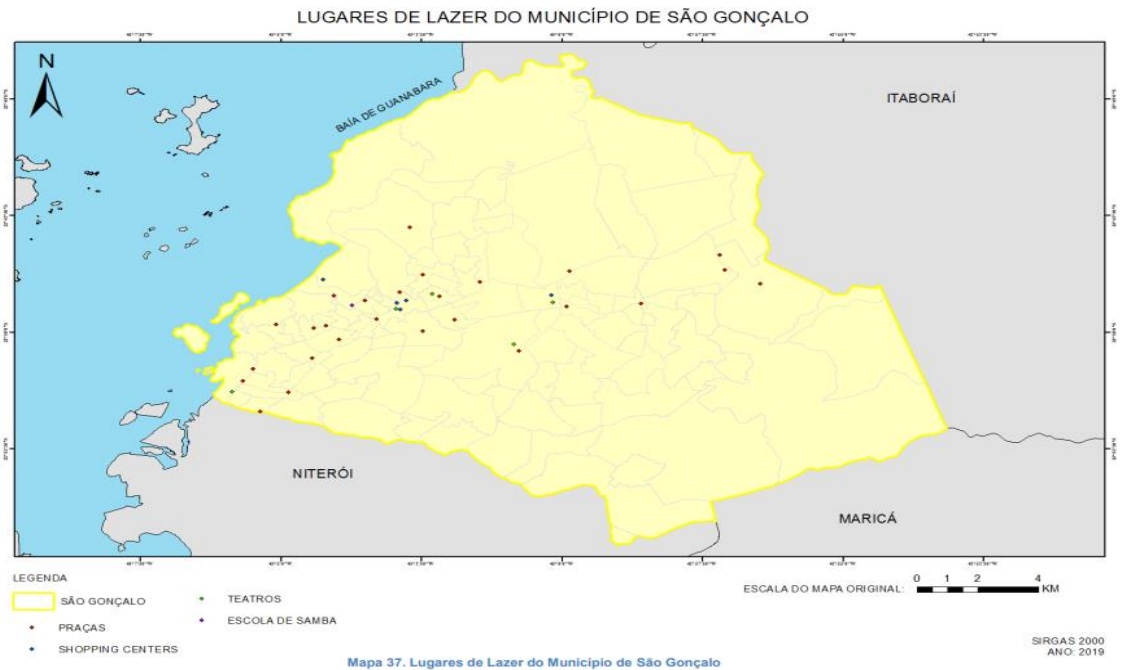
Fonte: Atlas municipal escolar de São Gonçalo, 2020. Disponível em: <<https://www.dageop.com.br/sao-goncalo>>. Acesso em: 22 de ago. 2022.

Mapa 3 - Mapa de uso e cobertura da terra do Município de São Gonçalo



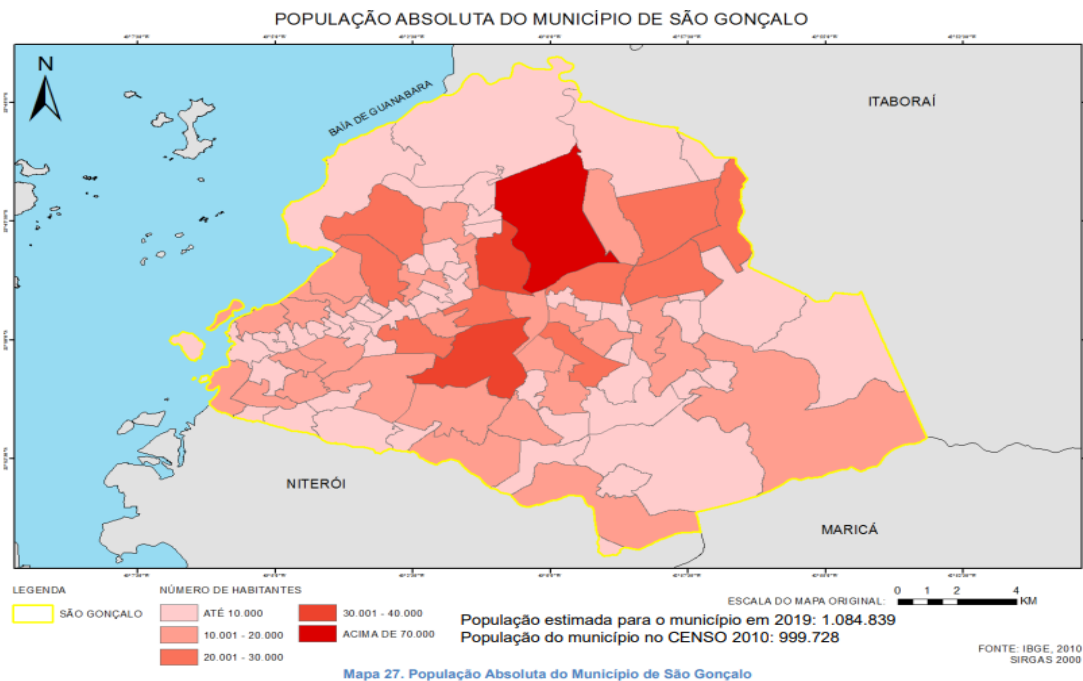
Fonte: Atlas municipal escolar de São Gonçalo, 2020. Disponível em: <<https://www.dageop.com.br/sao-goncalo>>. Acesso em: 22 de ago. 2022.

Mapa 4 - Mapa de Lugares de lazer do município de São Gonçalo



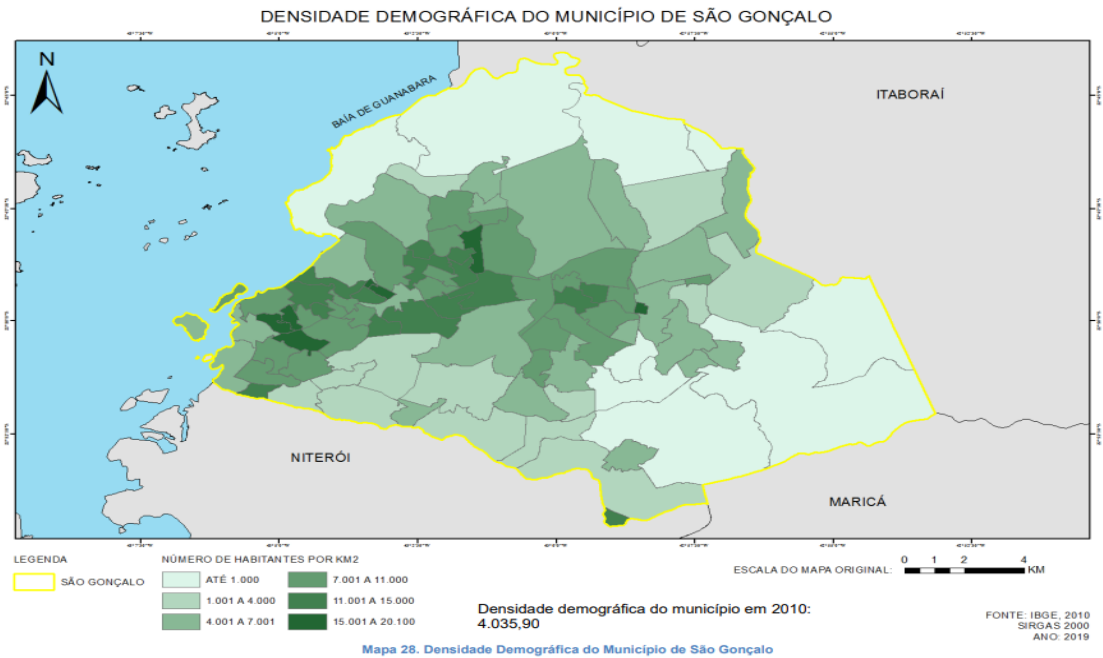
Fonte: Atlas municipal escolar de São Gonçalo, 2020. Disponível em: <<https://www.dageop.com.br/sao-goncalo>>. Acesso em: 22 de ago. 2022.

Mapa 5 - Mapa da população absoluta do município de São Gonçalo



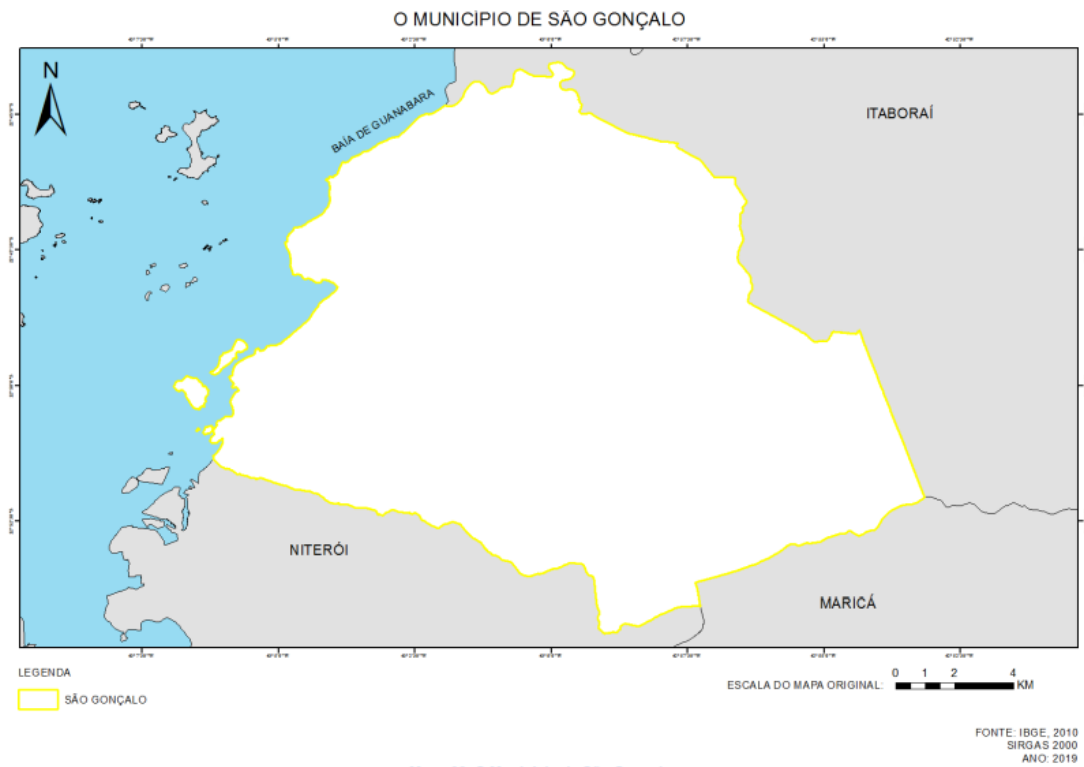
Fonte: Atlas municipal escolar de São Gonçalo, 2020. Disponível em: <<https://www.dageop.com.br/sao-goncalo>>. Acesso em: 22 de ago. 2022.

Mapa 6 - Mapa de densidade demográfica do município de São Gonçalo



Fonte: Atlas municipal escolar de São Gonçalo, 2020. Disponível em: <<https://www.dageop.com.br/sao-goncalo>>. Acesso em: 22 de ago. 2022.

Mapa 7 - Mapa mudo para construção dos alunos



Fonte: Atlas municipal escolar de São Gonçalo, 2020. Disponível em: <<https://www.dageop.com.br/sao-goncalo>>. Acesso em: 22 de ago. 2022.